

Sanciono e Promulgo a presente Lei.
Em 27/03/23.


AIRTON GARCIA FERREIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 21.415
DE 27 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a provisão dos benefícios eventuais no âmbito da política municipal de assistência social.

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DO OBJETO**

Art. 1º A provisão de benefícios eventuais é um direito garantido em lei e de longo alcance social, previstos no art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, consolidada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2º Os benefícios eventuais consistem em uma modalidade de provisão da proteção social de caráter suplementar e provisório que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo fundamentada nos princípios de cidadania e dignidade da pessoa humana e prestada aos cidadãos em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§ 1º Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Para fins de provisão de benefícios eventuais, deve-se considerar Família o núcleo básico, vinculado por laços sanguíneos, de aliança ou afinidade, circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva, que vivam sob o mesmo teto, bem como, o núcleo social unipessoal.

CAPÍTULO II **DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DE PROVISÃO DOS** **BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

Art. 3º A provisão de benefícios eventuais deve atender aos seguintes princípios:

I - Integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

II - Constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

III - Proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

IV - Adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

V - Garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI - Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

VII - Afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

VIII - Ampla divulgação dos critérios para a sua provisão; e

IX - Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Art. 4º A oferta de benefícios eventuais deve ser realizada a partir da avaliação técnica e condições de atendimento pela gestão da Política de Assistência Social no Município.

Art. 5º Os profissionais de nível superior arrolados taxativamente pela NOB-RH SUAS (Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006), das equipes de referência dos serviços socioassistenciais são responsáveis pela provisão dos benefícios eventuais.

Art. 6º A oferta dos benefícios eventuais deve estar integrada a todos os serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente, conforme a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 e em conformidade com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transparências de Renda no âmbito dos SUAS.

CAPÍTULO III

DAS MODALIDADES DE PROVISÃO DO BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 7º São formas de benefícios eventuais:

- nascimento;
- I - Benefício eventual prestado em virtude de
- de morte de membro familiar;
- II - Benefício eventual prestado em virtude
- de vulnerabilidade temporária;
- III - Benefício eventual prestado em virtude
- IV - Benefício eventual prestado em virtude
- de situação de emergência e/ou estado de calamidade pública.

SEÇÃO I

DO BENEFÍCIO EVENTUAL PRESTADO EM VIRTUDE DE NASCIMENTO

Art. 8º O benefício eventual prestado em virtude de nascimento constitui-se de uma prestação temporária, não contributiva, a ser ofertada para minimizar a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º O benefício eventual de que trata o *caput* deste artigo atende, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

- a) Necessidade do nascituro;
- b) Apoio à mãe no caso de natimorto e morte do recém-nascido;
- c) Apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 2º Quanto ao benefício eventual prestado em virtude de nascimento, cabe esclarecer que a criança recém-nascida e sua mãe nutrem necessitam de cuidados e proteção, garantidos por direito, através de várias políticas setoriais, e assim, não se pode confundir as atribuições da Assistência Social com as das Políticas de Saúde ou de Segurança Alimentar.

SEÇÃO II

DO BENEFÍCIO EVENTUAL PRESTADO EM VIRTUDE DE MORTE DE MEMBRO FAMILIAR

Art. 9º O benefício eventual prestado em virtude de morte de membro familiar constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, distinta nas formas de prestação de serviços.

Art. 10. O benefício eventual prestado em virtude de morte de membro familiar atende preferencialmente a prestação de serviços, ou o seu custeio, de urna funerária, velório e sepultamento e isenção de taxas municipais.

Parágrafo único. O benefício eventual prestado em virtude de morte de membro familiar pode ser concedido cumulativamente.

SEÇÃO III

DO BENEFÍCIO EVENTUAL PRESTADO EM VIRTUDE DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 11. O benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária é destinado à família ou ao indivíduo e visa minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais e buscar o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Art. 12. O benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária deve ser provido em caráter temporário, de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados no atendimento e no acompanhamento realizados pelas equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

Art. 13. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I** – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II** – perdas: privação de bens e de segurança

material; e

- III** – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos, de que trata o caput, podem decorrer de:

- I** – da falta de:

- a)** Acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

- b)** Documentação;

- c)** Domicílio;

- II** – da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 – Centro – CEP 13560-180 – São Carlos - SP

III – da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV – de desastres e de calamidade pública;

V – de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 14. Não se incluem na modalidade de benefício eventual prestado em virtude de vulnerabilidade temporária as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da habitação, e das demais políticas públicas setoriais.

Parágrafo único. O gestor municipal responsável pela Assistência Social deve se articular com os gestores das políticas públicas setoriais do Município para criar condições de acesso aos usuários às respectivas provisões de que trata o *caput* deste artigo.

SEÇÃO IV

DO BENEFÍCIO EVENTUAL PRESTADO EM VIRTUDE DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E/OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 15. O benefício eventual prestado em virtude de situação de emergência e/ou estado de calamidade pública será provido em caráter provisório e suplementar, de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos atingidos.

§ 1º O benefício de que trata o *caput* deste artigo atende preferencialmente:

- a) A segurança de meios para sobrevivência material aos atingidos;
- b) A redução dos danos sobre a autonomia aos atingidos;
- c) O direito ao abrigo para os atingidos;
- d) A condição de minimização das rupturas ocorridas aos atingidos; e
- e) A condição de convivência familiar aos atingidos.

§ 2º O gestor municipal responsável pela Assistência Social deve articular a provisão do benefício eventual prestado em virtude de situação de emergência e/ou estado de calamidade pública aos serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente, prioritariamente ao serviço de proteção em situações de

calamidade públicas e de emergências, regulamentado pela Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013.

§ 3º A situação de emergências caracteriza-se pela situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que implicam no comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público.

§ 4º O estado de calamidade pública caracteriza-se pela situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS, PRAZOS, INSTRUMENTOS DE REGISTRO E FLUXOS QUANTO AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS PRESTADOS

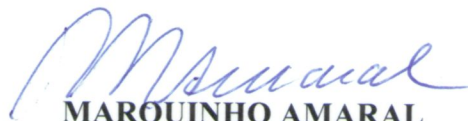
Art. 16. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais estão estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, § 1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 17. Ato normativo (Decreto) editado pelo Poder Executivo Municipal definirá instrumentos de registro e responsabilidades no fluxo de provisão, monitoramento, avaliação e custeio, posteriormente ao estabelecimento da Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, definida no art. 16 desta Lei, no prazo de 365 dias a contar da publicação da presente Lei.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 19. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 8 de março de 2023.



MARQUINHO AMARAL
Presidente



BRUNO ZANCHETA
1º Secretário